

Brasília/DF, 14 de janeiro de 2019.

Ao coletivo de antropólogas negras e antropólogos negros que apresentou moção junto à Assembleia Geral da 31ª RBA:

A moção apresentada na Assembleia Geral da 31ª RBA por antropólogas negras e antropólogos negros foi dirigida à Associação Brasileira de Antropologia. Por estar dirigida a ABA, entendo importante dirigir-lhes nossa resposta na qualidade de Presidente da ABA.

1. Em nome de toda a diretoria atual que logo mais se encerra, consideramos a proposta de um Comitê Permanente de Antropólogas Negras e Antropólogos Negros de alta relevância. Será fundamental para a presença inequívoca e cada vez mais visível da diversidade racial no corpo de associados e associadas da ABA. A iniciativa é fundamental para a defesa dos direitos à diversidade e ficamos profundamente felizes com a proposta.

2. Poderíamos ter estado como Presidência da ABA mais atentas para que a presença negra não se fizesse participante como servindo bebidas, pois esta imagem tem um significado simbólico forte que gostaríamos de não ter produzido. Esclareço, no entanto, que não previmos nem pagamos qualquer serviço de bebidas durante a mesa de abertura. Este serviço foi realizado, sem que nos consultassem como um serviço a mais, uma delicadeza da empresa de buffet que contratamos para servir o coquetel que se seguiu à mesa de abertura. **Tivemos a possibilidade de contratar uma empresa de serviço de buffet cujo dono e dirigente é negro e que preza contratar pessoas com diversidade de raça e gênero para realizarem atividades profissionais de “garçons”, servindo bebidas e comidas. Isto pode ter sido facilmente constatado no grupo de profissionais que serviram o coquetel.** O dono e dirigente negro do serviço de buffet, decidiu oferecer um serviço a mais para a ABA: indicou seu melhor profissional; neste caso um profissional negro para servir água na mesa de abertura. Quando contratamos uma empresa dirigida por negro, estava em parte atendendo uma reivindicação feita na 30ª RBA por antropólogos e antropólogas negras, a de que os serviços todos, do credenciamento aos demais, tivessem a representatividade da diversidade racial e de gênero.

3. Quanto à “inexistência de representatividade negra na mesa de abertura ocupando espaços de reconhecimento científico”, devo dizer que a composição da mesa de abertura obedece a um protocolo organizado em estreita negociação com a Reitoria da Universidade onde se dá o evento. O protocolo não obedece ao critério de reconhecimento científico, (a não ser que se o queira entender de forma muito indireta), pois diretamente, obedece ao reconhecimento de postos de autoridade e cargos públicos relacionados ao evento e ao limite de espaço e tempo de fala possíveis numa mesa de abertura. Assim, estiveram presentes a Reitora, o Procurador da 6ª Câmara do MPF, a Procuradora dos Direitos dos Cidadãos, o Diretor do Instituto de Ciências Sociais, a Chefe do Departamento de Antropologia, o Conselheiro Cultural da Embaixada da França, o Presidente de Honra da ABA, a Presidente e o Vice-presidente da ABA, sendo raças e gêneros dependentes dos corpos que ocupam tais cargos. Sim, poderíamos pensar ou vir a pensar em alguma pessoa com autoridade e representatividade negra, mas ficamos circunscritos ao protocolo. Fica a proposta para próximas reuniões.

4. Houve sim representatividade negra nos espaços de reconhecimento científico da 31ª RBA. Espaços de reconhecimento científico são espaços nas mesas, simpósios, fóruns e grupos de trabalhos onde a participação negra foi sempre presente. Tradicionalmente, os espaços privilegiados de visibilidade e reconhecimento científico nas RBAs são os convites para realizar as conferências, os “duetos” ou diálogos entre antropólogos reconhecidos e as “conversas com autores” (esta última modalidade não houve). Na 31ª RBA, a presença negra e indígena esteve presente no “dueto”, “terceto” e “quarteto” que correspondem simbolicamente às atividades ao nível mais alto de reconhecimento científico de antropólogos e para os quais entre os convidados havia expressiva diversidade racial e étnica. No caso, tratou-se do reconhecimento científico pela presidência e diretoria da ABA da extrema relevância dos diálogos sobre direitos fundamentais entre os saberes antropológicos e os saberes das lideranças indígenas e quilombolas, sejam ou não antropólogas e dos diálogos com lideranças femininas negras em movimentos sociais contra a violência. Entre os conferencistas, buscamos antropólogos/as que trabalhassem com os temas dos direitos humanos incluindo raça, gênero e violência. Entre as articulações que fizemos, havia a possibilidade da vinda da antropóloga negra Ângela Davis, que, no entanto, já estava comprometida com outras atividades.

Atenciosamente,
Lia Zanotta Machado
Presidente da ABA (2017/2018)